

A CONTABILIDADE E OS DESAFIOS DE GESTÃO EM EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA - EES: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO

Área temática: Ética e Responsabilidade Social

André Souza

andresouza@ifba.edu.br

Michele Castro

michelenscastro@gmail.com

Lívia Rodrigues

livia Silvamodesto@gmail.com

Matheus Silva

matheus_mfs@hotmail.com

Resumo: *A presente pesquisa teve por objetivo discutir os desafios contábeis no processo de gestão em empreendimentos de economia solidária como as cooperativas populares. Para alcance do objetivo proposto realizou-se uma pesquisa exploratória, de natureza bibliográfica e documental, com uma abordagem qualitativa, cujos dados primários foram coletados por meio da técnica de entrevista, através de um questionário semiestruturado. Os resultados evidenciaram que os principais desafios contábeis seriam em relação a obtenção e divulgação das informações precisas dos patrimônios das cooperativas populares, em fazer com que os cooperados compreendam a respeito da importância que tem a contabilidade para a evidenciação do patrimônio das cooperativas, controlando e evidenciando as mudanças patrimoniais das entidades por meio das técnicas contábeis. Além disso, a escassez de consultoria contábil e assessoria na área de empreendimentos solidários e a limitação na base educacional desses cooperados os prejudicam a absorverem e compreenderem não só as informações contábeis, mas as informações básicas, no que se refere a cálculos, custos, estratégias, a estrutura elementar da matemática, do português, são outros grandes desafios apontados nos resultados. Por fim, conclui-se que as abordagens contábeis existentes na atualidade podem ser aplicadas em empreendimentos de economia solidária como as cooperativas populares, não tendo necessidade de se criar novos modelos e ferramentas contábeis.*

Palavras-chaves: *Contabilidade, Empreendimento de Economia Solidária-EES, Cooperativas Populares, Gestão, Controle*

1. INTRODUÇÃO

Os empreendimentos solidários vêm ganhando cada vez mais notoriedade na sociedade nos últimos anos. Diante da crise atual que é constantemente divulgada pelas mídias, os empreendimentos solidários, a exemplo das cooperativas populares, se mostram como uma importante alternativa de geração de trabalho e renda para a sociedade.

O Brasil, um país que sofrera com o crescimento do desemprego, sobretudo nas décadas de 80 e 90, associada à abertura econômica, dentre outros fatores, bem como na atualizada, face a crise econômica que tem afetado todos os setores econômicos, cuja taxa de desemprego em 2015 fechou em torno de 7,0% e com a estimativa de fechar o ano de 2016 com uma taxa de mais de 9,0% (Pochmann, 2015), os empreendimentos solidários passaram a ser uma alternativa nessa perspectiva e vem se disseminando no Brasil.

Para Singer (2000) a Economia Solidária surge como modo de produção e distribuição alternativa, que traz uma lógica divergente da capitalista. Tal economia apresenta, em uma percepção mais generalista, um modo diferente do sistema capitalista de se manter as relações de troca, venda e produção na sociedade. Nela se produz, se vende, se troca não com o objetivo maior de gerar lucro, mas de promover o bem-estar dos indivíduos que estão envolvidos em tais relações.

A Economia solidária concatena os princípios da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição, com os princípios da socialização desses meios. Assim, os mesmos que produzem são os mesmos que detêm os meios de produção. Além disso, se preza pelo modo de gestão autogestionário, no qual a administração ocorre por meio dos atores envolvidos no processo. Não há existência de um patrão, todos os empregados participam das decisões administrativas em igualdade de condições.

Os empreendimentos solidários são cercados de princípios que impulsionam seu funcionamento sob uma lógica que valoriza mais o trabalho e seus participantes. Os principais princípios são: (i) posse coletiva dos meios de produção pelas pessoas que as utilizam para produzir; (ii) gestão democrática da organização ou por participação direta ou por representação; (iii) repartição da receita líquida entre os cooperadores por critérios aprovados após discussões e negociações entre todos.

As cooperativas, sobretudo as populares, necessitam de instrumentos contábeis que mensurem, registrem, controlem e evidenciem os fluxos de recursos gerados, bem como, as mutações patrimoniais ocorridas nessa entidade. Contudo, tais instrumentos, no contexto atual, ainda são utilizados seguindo os modelos empresariais tradicionais, questionando-se sua aplicação nesse tipo de empreendimento e a necessidade de adaptação, face aos objetivos dos empreendimentos solidários, no qual dialogue com as exigências de agentes externos que, em muito dos casos, financiam esse tipo de atividade.

As dificuldades encontradas, muitas vezes, pelos próprios membros desses empreendimentos em compreender e utilizar instrumentos contábeis adequados, bem como, a falta de clareza quanto o uso, sem adaptação a realidade desses tipos de empreendimentos, pelos profissionais da área contábil, levando ao uso de instrumentos semelhantes aos usados pelas empresas, sugere uma investigação acerca das abordagens contábeis aplicáveis aos empreendimentos de economia solidária (LUCONI; KARLING, 2011).

Contribui para esse cenário a falta de instrumentos e modelos adaptáveis a esses tipos de empreendimentos, como também a falta de entendimento do uso adequado das ferramentas contábeis atuais, o que pode gerar dificuldades na perspectiva de gestão, controle e evidenciação das informações do desempenho e da sustentabilidade econômica desses empreendimentos no tempo (LUCONI; KARLING, 2011).

Diante do exposto, questiona-se **quais os desafios contábeis no processo de gestão em empreendimentos de economia solidária como as cooperativas populares?**

Assim, a pesquisa teve como objetivo geral analisar e discutir os desafios contábeis no processo de gestão em empreendimentos de economia solidária como as cooperativas populares. Para o alcance do objetivo proposto, realizou-se uma pesquisa bibliográfica, de natureza documental, descritiva, com uma abordagem qualitativa, cuja estratégia metodológica foi a de estudo exploratório com a técnica de estudo de caso ilustrativo, por meio do uso de questionários para a coleta dos dados secundários.

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1 A CONTABILIDADE E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA - ESS

A contabilidade pode ser definida e entendida como um sincrônico harmonizado de teorias, leis, princípios e métodos que visam mensurar e registrar fatos e atos que ocorrem nas entidades, evidenciando a situação econômica e financeira das mesmas, estudando e monitorando as variações quantitativas e qualitativas que ocorrem no patrimônio dessas entidades (GRECO, 2007; BASSO, 2005; SÁ, 2002).

Assim, a contabilidade por meio de seu objetivo, tem o papel de evidenciar para um conjunto de usuários das informações contábeis e financeiras das entidades, subsidiando a tomada de decisão dos gestores e outros agentes, a exemplo de credores, governos, funcionários, acionistas, investidores, financiadores e apoiadores, dentre outros (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 2009).

São as ações e atitudes humanas que geram alterações no objeto de estudo dessa ciência, que é o patrimônio. Assim, é papel da ciência contábil, também, auxiliar de forma direta os gestores na tomada de decisão, por meio de informações relevantes que são geradas a partir das análises e estudos feitos pela contabilidade e evidenciadas por meio de relatórios contábeis/financeiros próprios (CONSTANTE, 2010).

Nesse sentido, a contabilidade é uma ciência social vital para a sustentabilidade das entidades no tempo, a medida em que subsidia instrumentos estratégicos de controle do patrimônio e de seu desempenho.

A partir disso, Sá (2002), Iudícibus e Marion (2011) entendem que a contabilidade é uma ciência adequada que pode contribuir, através dos seus métodos, na mensuração, registro, controle e evidenciação da expansão patrimonial, econômica e social das entidades, subsidiando a gestão tomar decisões fundamentadas e respaldadas em dados devidamente registrados e fidedignos.

Segundo Basso (2005) os elementos patrimoniais vão existir nas organizações independentemente se sua atividade fim esteja relacionada a geração de lucro ou não. Sendo assim, nas cooperativas populares os elementos patrimoniais vão existir de forma semelhante aos das organizações capitalistas. Esses elementos, de forma geral, são os componentes de uma entidade. Eles podem ser bens, direitos e obrigações da entidade, classificados em ativo e passivo.

Portanto, os bens são elementos que as organizações possuem para serem utilizadas como componente de troca, consumo ou aplicação, e podem ser classificados como tangíveis e intangíveis. Os bens tangíveis são físicos, concretos, a exemplo do caixa, estoques, equipamentos. Já os bens intangíveis são aqueles que não podem ser tocados fisicamente, mas são tão importantes quanto os bens tangíveis, a exemplos de patentes e marcas (IUDÍCIBUS; MARION, 2011).

No tocante aos direitos, são valores da entidade que está nas mãos de terceiros, porém é seu por natureza. Já as obrigações, diferentemente dos direitos, são dívidas que a entidade possui com terceiros (BASSO,2005; IUDÍCIBUS; MARION, 2011).

Todavia, mesmo entendendo que a contabilidade está presente em todas as entidades, independente se seu fim será lucrativo ou não, sempre buscando evidenciar os fatos contábeis em cada uma delas, Luconi e Karling (2011) observam que a contabilidade, de um certo período para cá, está voltado, sobretudo, para atender as grandes empresas e organizações do sistema capitalista.

Diante disso, todo o aparato técnico contábil existente na atualidade se encontra quase que voltado exclusivamente para se atender as necessidades das organizações capitalista. Todavia, de acordo com alguns autores, ainda é possível utilizar esses aparatos técnicos existente na atualidade, de forma adaptada, para os empreendimentos solidários.

Isto posto, Luconi e Karling (2011) ratificam tal ideia, entendendo que a contabilidade atual está apenas se adequando as exigências da Organização Mundial do Comércio (OMC), no qual a mesma, devido a sua força internacional, já provocou grandes mudanças na apresentação das informações contábeis em vários países. Nesse sentido os autores enfatizam o beneficiamento da contabilidade em relação ao sistema capitalista, dando uma atenção relevante ao atendimento das demandas geradas pelas grandes entidades da atualidade.

Almeida (2006) entende que hoje, os modelos de informações contábeis estão estruturados de forma que há uma uniformização das informações geradas por ela, atendendo aos grupos hegemônicos e, padronizando também os diversos usuários existentes desses modelos atuais.

Diante disso, observam-se que os empreendimentos solidários, que também são usuários das informações contábeis, devido a essa padronização, que em sua maioria beneficia as grandes organizações, não tem todas as suas demandas atendidas em virtude de suas peculiaridades e considerando que seu sistema econômico é adverso ao do sistema capitalista.

Na economia solidária o que se produz se vende, se troca não com o intuito de gerar lucro ou acúmulo de riqueza, mas de promover o bem-estar dos indivíduos que estão envolvidos em tais relações. Os bens de produção são de todos que estão envolvidos no processo e o modo de gestão predominante é a autogestão, onde os próprios trabalhadores de forma coletiva e democrática realizam a gestão do empreendimento. Não existem muitas diferenças de funções. Todos devem realizar o que for preciso fazer (SINGER, 2002, BOCAJUVA 2003).

No sistema capitalista vigente, a organização laboral tem como a força de trabalho uma mercadoria, onde o trabalhador vê a mesma sendo negociada em troca de uma recompensa: o salário. Já na economia solidária, a organização do trabalho permeia os moldes cooperativos, onde a força de trabalho não é vista como uma mercadoria de troca, mas sim uma forma de subsidiar o seu sustento. (SINGER, 2003b).

Na economia solidária, Singer (2002) ainda destaca que a propriedade é dividida de forma igual entre os trabalhadores, assim como os excedentes produzidos. Esse excedente muitas vezes é investido no próprio empreendimento, contribuindo assim, para que ele cresça e se consolide cada vez mais.

Ademais, Singer (2002) alerta que a adaptação das entidades solidárias ao capitalismo pode fazer com que essas percam sua essência, seus princípios e valores, sobretudo aqueles que regem a economia solidária, sucumbindo ao capitalismo. Dessa forma, a economia solidária se apresenta como um tipo de economia divergente da que conhecemos nos dias atuais, no qual o foco se encontra no trabalhador e não no capital.

Na visão de Mance (1999), o potencial de transformação da economia solidária envolve processos de mudança que ele denomina de Revolução das Redes. Nessa revolução, surgiria um movimento que iria de encontro ao consumismo capitalista, que é sua força propulsora, criando redes de relação entre produtores e consumidores visando satisfazer as necessidades e gerando emprego e renda para os envolvidos no processo.

Já Razetto (1993) entende que a economia solidária pode resultar em uma nova racionalidade econômica, uma vez que as práticas econômicas de caráter solidário são constantemente disseminadas e inseridas na estrutura econômica atual, possibilitando a ideia da solidariedade como um potencial transformador dos valores sociais e econômicos que permeiam a sociedade atual.

Ademais, Singer (2002) afirma que como a economia solidária se deu no Brasil não foi muito diferente que nos outros países. O autor relata que a economia solidária surgiu no Brasil em um momento que o país passava por uma das piores crises da sua história: A crise da década de 70.

Essa crise, denominada de “Crise do Petróleo”, segundo Singer (2002), atingiu grande parte da América Latina. Muitos países passaram a comprar petróleo a preços elevados, o que resultou no aumento do endividamento. Ainda de acordo com autor, o País passava por um processo de abertura econômica. Porém o mesmo estava sem nenhuma preparação para enfrentar o desemprego, que já atingia uma grande quantidade de Brasileiros.

A partir disso, a economia solidária passou a ser vista como uma alternativa viável para os brasileiros, para enfrentar o desemprego, a fome e a miséria que atingia o país. Devido a isso, a semente da economia solidária foi plantada nos anos 80, com a ideia justamente de promover uma mudança na estrutura econômica vigente (SANTOS, CONCEIÇÃO, VIEIRA, 2015).

Naquela época, montar cooperativas foi a melhor alternativa encontrada pelos trabalhadores para se unirem, se fortalecerem para combater o desemprego existente. Singer (1999) afirma que a forma cooperativista autogestionária representaria a forma mais intensa e radical de organização da atividade econômica que vai de encontro aos princípios capitalistas. As experiências cooperativas mostram que os trabalhadores têm a capacidade de se organizarem politicamente, socialmente e economicamente, segundo seus próprios princípios.

Assim como as organizações capitalistas, os empreendimentos de economia solidária muitos dependem de uma boa gestão contábil e financeira para gerenciar e dar seguimento no desenvolvimento de suas atividades, sempre ressaltando que os trabalhadores que fazem parte das cooperativas populares são os gestores e também usuários da contabilidade, face a natureza autogestionária.

Luconi e Karling (2011) destacam que as cooperativas, de forma geral, possuem obrigações fiscais e legais com o estado, igual a outra instituição, no qual devem ser atendidas e obedecidas para que viabilizem a sua continuação legal no mercado econômico. Entretanto, seus tributos, assim como sua contabilização tem um tratamento especial que varia de acordo as operações executadas pela cooperativa.

O fato das cooperativas apresentarem estruturas variadas, algumas podem ser mais beneficiadas ou prejudicadas que outras. Uma cooperativa de médico, de agricultores, de táxi, provavelmente estará mais estruturada e organizada comercialmente e economicamente, do que uma cooperativa popular, formada em sua essência por trabalhadores de baixa renda e com um nível de escolaridade inferior, e que tem uma maior dificuldade de captar recursos.

As normas e leis reguladas atualmente colocam e equiparam as cooperativas populares a outras cooperativas que estão mais desenvolvidas e estruturalmente organizadas. Isso, por sua vez, geram para as cooperativas populares certos desafios contábeis de mensuração, registro,

controle e evidenciação dos valores gerados, no qual precisam ser superados constantemente para que haja uma boa gestão financeira e contábil das mesmas.

2.2 AS COOPERATIVAS POPULARES E OS DESAFIOS PARA A CONTABILIDADE

Segundo Singer (2002) a economia solidária não é algo novo. É um tipo de economia que surgiu concomitantemente ao capitalismo industrial. A utilização das máquinas substituindo a mão de obra do trabalhador já começava a gerar os primeiros impactos do capitalismo na sociedade, a exemplo do crescimento da pobreza e do desemprego.

Como resposta a esses impactos negativos, surgem às cooperativas: empreendimentos formados por trabalhadores que buscavam recuperar sua autonomia econômica que fora perdida na implantação gradual do capitalismo industrial.

Nos dias atuais, pode-se perceber que o aumento do desemprego, do subemprego e da desigualdade social está se tornando um problema cada vez maior na sociedade atual. Diante desse cenário, Biscaro (2010) enfatiza que economia solidária se mostra eficaz na geração de trabalho em renda. Como já foi comentado anteriormente, uma das formas de se visualizar a economia solidária na prática é por meio das cooperativas populares.

Porém, para se entender o princípio do cooperativismo atual, e as ideias que permeiam ela na atualidade, é necessário ressaltar as origens do cooperativismo. Esse conceito teve início no século XIX, início da revolução industrial, quando o movimento cooperativo se mostrou resistente e alternativo aos primeiros impactos gerado nas relações de trabalho pelo capitalismo. (CANÇADO, 2004)

A primeira organização considerada organizada nos moldes cooperativos foi a Cooperativa dos Probos Pioneiros Equitativos de Rochdale, localizada em Manchester, na Inglaterra. Ela foi constituída em 1844 e, já se mostrava avessa às explorações praticadas nas relações de trabalho presentes na revolução industrial, cujo objetivo foi gerar benefícios a todos os participantes das cooperativas, que iam desde educar os membros e familiares, até proporcionar moradia e emprego aos desempregados, visando o conceito de autossuficiência (BOCAYUVA, 2003; SINGER, 2000, 2002).

No Brasil, O cooperativismo chegou por volta do século XX, por meio de imigrantes europeus, no qual os mesmos formaram inicialmente cooperativas de consumo e agropecuárias em terras brasileiras (SINGER, 2002).

SCHNEIDER (1999) e SINGER (2000, 2003c) enfatizam que, ao longo do desenvolvimento dessas cooperativas, muitas começaram a crescer financeiramente e começaram a ir de encontro a alguns princípios que regem o cooperativismo, como o de autogestão. Muitos começaram a ir ao mesmo caminho do capitalismo industrial, reproduzindo sua lógica de exploração de trabalho, por meio da contratação de funcionário para atividades que demandavam uma qualificação menor.

França Filho (2002) destaca que tem ocorrido mudanças nessas organizações. As cooperativas inicialmente eram autônomas e, com o tempo, começaram a ser reconhecidas pelo estado, ganhando suas regulamentações e leis. Essas medidas provocaram uma segregação do movimento associativista em: cooperativa, mutualista e associativa. Isso foi se consolidando cada vez mais, na medida em que cada movimento vai restringindo cada vez mais seus estatutos.

Em 1985 foi criada a Aliança Cooperativa Internacional – ACI. Essa organização já nasceu em meios às mudanças de adaptação que ocorriam no movimento cooperativista. A ACI se constituiu por meio da realização de um embate entre duas correntes. A primeira corrente, e o do cooperativismo agrícola, no qual defendia a ideia de que o método de

transfiguração do corpo social ocorreria por meio das da extinção do trabalho assalariado e das cooperativas de produção, no qual os trabalhadores estariam inseridos no processo de participação dos excedentes. A outra corrente, liderada por sua vez pelas cooperativas de consumo compreendiam que as cooperativas de consumo iriam se maximizar, liderando gradativamente os setores produtivos agrícola e industrial, com firmas sob sua administração. Contudo, diferentemente da corrente anterior, essa corrente defendia o uso da força de trabalho assalariado e da não participação dos trabalhadores nos excedentes gerados pela organização (BONNER, 1944, COLE, 1944 *apud* SCHNEIDER, 1999; SINGER, 2000 *apud* CANÇADO, 2004).

Ambas correntes se alicerçavam na ideia de que as mudanças na sociedade se dariam por meio do cooperativismo. Porém, como pôde ter sido observado acima, essas duas correntes entendiam de forma diferentes como ocorreriam essas transformações na sociedade (BONNER, 1944; SINGER, 2000 *apud* CANÇADO, 2004, p.33).

Segundo Cançado (2004), existe outro tipo de cooperativismo denominado de cooperativismo popular. Para Oliveira (2003), o cooperativismo popular se enquadra nos princípios econômicos (cooperação), administrativos (autogestão) e políticos (democracia, prevalecendo o bem-estar coletivo).

Já para Singer (2003b), existem dois tipos de cooperativas: a autêntica que é socialista, regidos pelos princípios de igualdade e democracia e cooperativas com ideologias capitalistas, utilizando do assalariamento e contratação para os cargos de menos qualificação, gerando uma exploração do trabalho sobre os mesmos, uma vez que esse contratado não participará das repartições dos excedentes, já que sua recompensa é o salário.

Já na visão de Oliveira (2003) existem três tipos de correntes cooperativistas: a primeira seria que o cooperativismo possui um determinado fim, liderado pela ACI; a segunda, que o cooperativismo reforçaria o ideal dos princípios liberais; e a terceira o cooperativismo visto como um instrumento alternativo para mitigar os impactos negativos causados pelo capitalismo.

De acordo com Dias e Silva (2002), a maior parte dos sistemas contábeis existentes na atualidade, estão voltados para atender as demandas dos grandes empreendimentos empresariais e, para serem utilizados em empreendimentos de menor porte necessitam de uma determinada adaptação.

Iudícibus e Lopes (2012) comentam até que a literatura contábil possui uma vasta diversidade no seu enfoque. Contudo, mesmo com toda a pluralidade existente na literatura contábil, ainda fica claro que existe uma grande dificuldade na aplicação das abordagens contábeis no universo das cooperativas populares.

No entanto, outras peculiaridades das empresas autogestionárias conseguem ser atendidas graças a certas adaptações feitas na contabilidade para as empresas capitalistas. A Lei das Sociedades Anônimas 6.404/76, modificada pela Lei 11.638/2007, por exemplo, no artigo 177, determina que a escrituração deve ser feita seguindo todos os procedimentos e métodos assim como as regras e princípios de contabilidade atualmente aceitos.

Dias e Silva (2002) alertam que uma das grandes dificuldades e desafios da contabilidade para com as cooperativas populares é justamente a constante necessidade de adaptação do sistema contábil atual à realidade dos empreendimentos de economia solidária.

De acordo com os autores Biscaro (2010) e Almeida (2006), essas dificuldades estão associadas muitas vezes a uma certa incompatibilidade entre as informações contábeis existentes e os usuários da mesma.

A necessidade de adaptação das informações contábeis das empresas capitalistas ao universo da economia solidária, geram muitas vezes tal incompatibilidade, que pode está

associada a capacidade de os usuários, que são os trabalhadores das cooperativas populares, entenderem tais informações, o que é um desafio, pois os mesmos necessitam dessas informações para a gestão financeira das cooperativas populares.

Os modelos de relatórios contábeis tradicionais normalmente se baseiam em registros formais que representam fatos, sendo eles econômicos, financeiros ou sociais de uma entidade. No entanto, Lima (2007), comenta que os usuários da contabilidade nos empreendimentos solidários, em sua maior parte, não possuem um embasamento necessário para fornecer esses registros de forma adequada.

Diante disso, como esses usuários não conseguem registrar certas informações financeiras, econômicas e sociais a respeito da cooperativa, isso gera uma carência de informações.

Observa-se que nem todas as informações geradas pelos modelos contábeis vigentes na atualidade conseguem gerar dados que atendam às necessidades dos empreendimentos solidários, em razão de suas peculiaridades.

Destaca Iudícibus e Marion (2011) que não é qualquer dado gerado pela contabilidade que são proveitosos para a tomada de decisão. A informação deve ser importante, confiável, relevante, e sobretudo que seja compreensiva, para que a mesma seja considerada eficiente.

De acordo com Luconi e Karling (2011) e Almeida (2006) a baixa escolaridade dos trabalhadores das cooperativas populares, constituem-se em um dos desafios encontrados pelos profissionais contábeis nos empreendimentos de economia solidária.

Em linhas gerais, os trabalhadores que iniciam/recuperam os empreendimentos econômicos solidários são, em sua maioria, originários do receio do eminente desemprego e da dificuldade de conseguir novos postos de trabalho, que trazem como ensinamento a cultura de “aceitar uma condição de submissão” e da mercantilização do trabalho pelo capital (FERNANDES, 2013, p.3).

Dessa forma, por conta de a origem desses trabalhadores estarem associados muitas vezes a um nível de baixa escolaridade, as técnicas, procedimentos e geração de informações contábeis, através das práticas convencionais, podem ser consideradas complexas às realidades desses empreendimentos solidários, tornando-se incompatíveis e não atendendo as necessidades dos mesmos para a gestão, controle e tomada de decisão nas cooperativas populares.

Essa má sintonia entre os procedimentos contábeis originários dos modelos atuais contábeis com os empreendimentos de economia solidária, seria um dos obstáculos que as cooperativas populares vivem na atualidade para com a contabilidade.

Nesse sentido, Lima (2007) propõe que haja a criação/adaptação de modelos contábeis que possam ser mais compreendidos pelos usuários das cooperativas populares, de forma que eles consigam fornecer e contabilizar as informações, tornando-as úteis à cooperativa.

Silva e Melo (2015), enfatizam a necessidade de as informações contábeis serem adaptadas a realidade da economia solidária. Os autores realizaram uma pesquisa com o objetivo obter informações sobre as abordagens contábeis aplicadas às cooperativas e a sua importância para os empreendimentos de economia solidária. Para tanto realizaram um estudo de caso na Cooperativa dos Artesãos de Barroso (COOPERARTE). Os autores evidenciaram a existência de uma legislação própria para as sociedades cooperativas, a lei 5.764 de 12 de dezembro de 1971, que define que os empreendimentos solidários possuem suas particularidades, embora seja uma Lei com mais de 4 décadas de existência.

Os autores evidenciaram ainda que as demonstrações contábeis realizadas na cooperativa em questão, retratava justamente a situação financeira e econômica da cooperativa, permitindo assim ter acesso a determinadas informações que contribuam para realizar uma análise financeira da entidade. No entanto, o sistema de contabilização utilizado

para evidenciar as demonstrações na cooperativa é igual aos utilizados nas empresas capitalistas, não se levando em consideração as peculiaridades financeiras demandadas pela cooperativa e criando uma certa incompatibilidade de determinadas informações geradas por parte dessa entidade.

Segundo Silva e Melo (2015) existem métodos capazes de atender as necessidades e demandas dos empreendimentos solidários. Porém, se faz necessário um estudo mais aprofundado das normas e procedimentos contábeis relacionadas a área da economia solidária, para que assim seja possível adequar o método contábil de forma eficiente a esse tipo de entidade.

Biscaro (2010) destaca a existência de possíveis modelos contábeis que poderiam ser utilizados e adaptados ao universo da economia solidária. Esses possíveis modelos seriam a contabilidade orçamentária e apuração gerencial do resultado econômico.

A contabilidade orçamentária, também defendida por Almeida (2006), trata-se de um instrumento útil a economia solidária, pois proporciona a socialização do controle de todo o processo de gestão, evidenciando aspectos básicos tais como despesas orçamentárias, créditos orçamentários, origens e aplicações de recursos, dotações orçamentárias, entre outros. Este modelo, de acordo com Biscaro (2010), é uma contabilidade de planejamento e orçamento do empreendimento, voltado para o registro da autogestão.

Da forma como a contabilidade orçamentária se encontra estruturada, visa atender a aspectos de escrituração, demonstração, análise e informações das cooperativas populares, desde a gênese do planejamento das atividades da entidade até a efetivação ou realização dessas atividades.

Uma outra proposta segundo Biscaro (2010) é o modelo de apuração gerencial do resultado econômico, sendo este, também, uma possibilidade a ser adaptada ao universo das cooperativas populares.

Segundo Slomski (2003) *Apud* Biscaro (2010, p.13), esse modelo “Fundamenta-se no conceito de custo de oportunidade, o qual permite mensurar os serviços prestados (receita econômica), o trabalho voluntário e outras despesas incorridas e assumidas por terceiros”.

Normalmente, as cooperativas populares muitas vezes vão buscar recursos por meio de terceiros, enquanto ainda não conseguem se auto sustentarem. Assim muitos recursos captados, oriundos de contribuições voluntárias, dentre outros, que antes não eram contados, através do modelo de apuração gerencial do resultado econômico poderiam compor a mensuração do resultado econômico da entidade, tal como já acontece nas entidades do terceiro setor (BISCARO, 2010).

Além desses dois modelos, Almeida (2006) ainda destaca a existência de mais um modelo que, com as devidas adaptações, também poderia ser aplicado em empreendimentos de economia solidária: O modelo de contabilidade por fundos. Para o autor, esse modelo, que permite a gestão das atividades, através da categorização:

Divide os recursos do empreendimento em três vias diferentes: (i) os fundos irrestritos, que servem para qualquer finalidade; (ii) os fundos restritos internamente, em que a restrição é estabelecida de forma interna; (iii) os fundos restritos externamente, em que a restrição é operada por agentes externos [...] (p. 5).

A contabilidade fornece modelos que podem ser aplicados às cooperativas populares, desde que esses modelos sofram as devidas adaptações e simplificações para que eles consigam atender as demandas oriundas das peculiaridades dos empreendimentos solidários.

Segundo Almeida e Dantas (2005), esses modelos de informações devem contribuir para uma a gestão democrática; promover a autogestão; gerar informações mais condizentes com a realidade dos empreendimentos/empreendedores; produzir indicadores sociais; e que tenham uma linguagem mais adequada ao tipo de empreendimento/empreendedor.

Para Almeida e Dantas (2005) e Biscaro (2010), além dos aspectos metodológicos da contabilidade, se faz necessário a reflexão sobre a necessidade de um novo perfil de contador. O contador tem um papel importante nesse processo de adaptação dos modelos contábeis a realidade dos empreendimentos solidários.

A vista disso, Biscaro (2010, p.10) enfatiza que o contador deve ser “sensível aos problemas sociais, com ampla visão econômica, capacidade gerencial, articulador (boas relações humanas) e educador”. Essas deverão ser as características de perfil do contador que buscará compreender e entender as necessidades demandadas pelos empreendimentos solidários.

Segundo Parra (2002) a contabilidade existente na atualidade, está enraizada na contabilidade desenvolvida na era mercantilista para suprir as necessidades das empresas comerciais. Esse enraizamento do período mercantilista ainda se encontra forte até os dias atuais, o que se torna um obstáculo para o desenvolvimento de um conhecimento contábil voltado para o campo da economia solidária, que possui interesses diferentes das empresas mercantilistas.

Almeida (2006) fala do papel social que a Contabilidade possui em relação à gestão da Economia Solidária. Ele defende que a contabilidade por estar em contato com diferentes usuários, de diferentes contextos, contribuindo para que cada um alcance seus objetivos, a mesma se torne um objeto de contato com a democracia e cidadania.

O mesmo autor explica que uma entidade jurídica, depende das informações contábeis, independente se a origem da entidade seja de natureza pública ou privada. Os modelos de informações (Demonstrativos Financeiros), todavia, estão estabelecidos e estruturados para o atendimento de necessidades, bem como, a compreensão dos grupos hegemônicos e não costumam levar em consideração as características dos usuários.

Devido a esse fator, os empreendimentos solidários não conseguem muitas vezes utilizar os mesmos procedimentos, assim como as informações geradas pelos sistemas convencionais de contabilidade, que são utilizados pelas entidades mercantis comuns, objeto central da contabilidade tradicional (ALMEIDA, 2006; ALMEIDA; SILVA, 2005; COSTA, 2011 *Apud* FARIA, 2014).

Santana (2008) destaca que um dos maiores problemas de evidenciação atualmente é concatenar a dimensão das divulgações e informações contábeis com as peculiaridades, especificidades e necessidades de cada usuário. Em relação aos empreendimentos solidários, Almeida (2006) defende que os modelos de demonstrativos financeiros e contábeis convencionais precisam focar na realidade social dos trabalhadores e trabalhadoras, pois os mesmos possuem aspectos diferentes dos empreendimentos convencionais, ressaltando-se a baixa escolaridade, uma vez que seus associados normalmente não possuem elevado grau de conhecimento formal, tampouco conhecimentos sobre contabilidade (LIMA, 2007).

Segundo Silva e Melo (2015) e Santana (2008) os desafios contábeis relacionados aos empreendimentos de economia solidária não está relacionado a apenas adaptar e simplificar as informações contábeis, mas sim passar a entender as demandas criadas pelos usuários dos dados contábeis desses empreendimentos.

Normalmente o grupo de trabalhadores que iniciam ou recuperam uma cooperativa popular são, na maioria das vezes, fruto de um processo de desemprego existente na sociedade, no qual tais trabalhadores fazem parte de uma classe trabalhadora que possui uma qualificação menor, exigindo menos competências e habilidades para exercer sua função em uma organização, o que gera uma certa rotatividade de trabalhadores.

Essa falta de conhecimento e qualificação contribui para a criação de um novo desafio para a contabilidade que passa a ter a necessidade de uma maior reflexão quanto a

reformulação de instrumentos e procedimentos adaptáveis a esses profissionais e empreendimento. Nesse momento, surge-se uma limitação e um desafio a ser superado pela ciência contábil relacionada a educação formal, uma vez que usuários dos empreendimentos solidários geralmente, em sua maioria, não possuem fundamentos ou embasamento algum para utilizá-la.

A vista disso, Lima (2007) entende que os relatórios gerados pela contabilidade nas cooperativas populares podem as vezes não mostrar a verdadeira realidade patrimonial do empreendimento e, devido a esse motivo, resultam em informações sem utilidade gerencial.

Todavia, Parra (2002) entende que existem outros fatores importantes que ajudam a explicar as dificuldades dos trabalhadores em entender as informações contábeis. Para o autor, os empreendimentos de economia solidária devem ser analisados e observados de uma forma holística, para que haja um entendimento de forma mais clara dos significados que a contabilidade assume para esses trabalhadores.

Não se pode desprezar a educação básica também é um fator importante para que haja uma compreensão das informações contábeis. A vista disso, muitos dos trabalhadores das cooperativas populares encontram problemas no acesso e na qualidade da educação, por viverem em lugares mais carentes e com condições mais precárias. Assim o trabalhador da cooperativa popular passa a ter mais dificuldades para se compreender a contabilidade e utilizá-la da forma mais adequada possível, o que gera um desafio para o contador em criar informações que sejam entendidas e absorvidas pelos cooperados.

As mesmas técnicas contábeis utilizadas nas instituições com fins lucrativos são as mesmas que são utilizadas nas entidades sem fins lucrativos, a exemplo das cooperativas populares, gerando, portanto, a necessidade de uma reflexão quanto a adaptação e adequação para a realidade de empreendimentos solidários, quais sejam a escrituração, as demonstrações contábeis, a análise das demonstrações, e a auditoria (Iudícibus; Marion, 2011; Iudícibus et al., 2010).

Nas cooperativas populares, essas técnicas são empregadas de forma adaptada a sua realidade. A técnica contábil de escrituração vem justamente para se registrar todas essas informações de entradas e saídas referentes ao dinheiro que pode influenciar no patrimônio da cooperativa.

As demonstrações contábeis, no universo da economia solidária, têm um papel tão fundamental quanto nas organizações empresariais com fins lucrativos. Nas cooperativas populares, as demonstrações contábeis também têm a função de expor informações e dados a respeito da situação financeira das cooperativas, contribuindo dessa forma, para que todos, tanto os trabalhadores quanto a sociedade, tenham acesso a situação financeira da entidade.

Em relação a análise de Balanço, conforme David e Ott (2003) comenta, se trata da interpretação dos dados e informações apresentados nas demonstrações, tornando-se um instrumento de avaliação de desempenho.

Em um empreendimento solidário, através da análise das demonstrações pode-se entender melhor o funcionamento financeiro e ser decisivas no auxílio de tomada de decisão e controle das cooperativas. Além disso, pode revelar informações a respeito do seu desempenho produtivo e financeiro. Não se pode esquecer que as cooperativas populares mesmo tendo seus princípios baseado na economia solidária, a mesma está inserida no mercado capitalista e deve procurar alternativas de se sobreviver nesse ambiente.

Já a auditoria, de acordo com Franco e Marra (2001), é um conjunto de procedimentos que visam verificar a veracidade das informações contábeis lançadas pelas entidades, compreendendo, avaliando e examinando os procedimentos e as operações praticadas,

visando apurar a origem das operações realizadas e a precisão dos dados contábeis apresentados.

Evidentemente que as cooperativas populares são entidades que em muitos dos casos não têm condições de contratar uma empresa de auditoria para inspecionar seus relatórios e controles. Contudo, trata-se de uma entidade que necessitam dessa técnica visando melhorar suas práticas de gestão e controle e reduzir os riscos de fraudes e de erros que pode impactar sua continuidade.

A auditoria nos empreendimentos solidários, adaptadas a realidade da economia solidária, visa garantir a fidedignidade dos dados expostos por ela, a fim de se evitar possíveis imprecisões e erros apresentados nos dados fornecidos pelas entidades, como também possíveis fraudes, além de contribuir para uma estratégia para reduzir os erros que possam impactar na sustentabilidade das cooperativas face aos limites operacionais relacionados ao conhecimento e compreensão apresentados pelos cooperados, conforme discutido anteriormente.

Apesar disso tudo, Michels (1995) *Apud* Almeida (2006), destaca a importância da contabilidade como sistema de informações no auxílio à autogestão nas cooperativas populares. A pesquisa do autor analisou o *Disclosure* das cooperativas (a evidenciação das informações) por meio de questões semiestruturadas.

Ainda segundo o autor *Apud* Almeida (2006) a contabilidade das cooperativas populares deve ser melhorada em alguns aspectos para que os participantes das cooperativas possam exercer com autonomia a autogestão no empreendimento.

Segundo Michels (1995, p.109) *apud* Almeida (2006, p.68) se faz necessário que:

- (i) As demonstrações contábeis sejam estruturadas de forma que possam ser interpretadas pelos principais usuários: os associados da cooperativa, funcionando como um importante sistema de informações entre a cooperativa e seus associados e que sejam utilizadas demonstrações contábeis enriquecidas com gráficos e tabelas comparativas;
- (ii) O uso de jornais, mantidos pelas cooperativas, deve ser um veículo de informação com divulgação de balancetes mensais, expressos em linguagem adequada ao nível de conhecimento dos associados.
- (iii) As informações contábeis devem ser detalhadas de tal forma que os principais eventos econômicos, responsáveis por impactos sobre a situação econômico-financeira, tanto positivos como negativos, sejam informados aos associados. Faz-se necessário, também, que seja informado quais dos eventos econômicos foram fruto de decisões internas da cooperativa e quais ocorreram independentemente da gestão interna, mas sim por políticas governamentais, fatores climáticos ou fatos internacionais.
- (iv) As práticas contábeis deveriam ser normatizadas ou por órgão que tenha poder para tal ou incluídas nos estatutos da cooperativa. Isso permitiria comparações entre as demonstrações referentes a diversos exercícios.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Para o alcance dos objetivos propostos nesta pesquisa, realizou-se um estudo exploratório, de natureza bibliográfica, com uma abordagem descritiva, qualitativa. Nesse sentido, foram utilizadas referências teóricas resultantes de trabalhos anteriores difundidos em livros, artigos científicos nacionais e internacionais e publicações disponíveis ao público sobre a temática. Trata-se de um ensaio teórico, com estudo ilustrativo de caso, cujos dados primários foram coletados por meio da técnica de entrevista, através de um questionário semiestruturado.

3.2 ETAPAS E PROCEDIMENTOS

A primeira etapa da presente pesquisa consistiu na realização da pesquisa exploratória, visando construir o estado da arte e construir o aparato teórico da pesquisa. A pesquisa exploratória consiste em proporcionar uma maior familiaridade com o problema proposto por este trabalho, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses (GIL, 2002). Foi nessa etapa que foi formulado o problema de pesquisa, os objetivos (geral e específicos), bem como a justificativa da pesquisa. Essa etapa contribuiu para alcançar o objetivo específico “a”.

Já na segunda etapa buscou-se construir o roteiro semiestruturado, a partir da fundamentação teórica e variáveis identificadas.

No que se refere a terceira etapa, realizou-se a aplicação do questionário junto a um profissional da contabilidade, visando verificar a sua percepção acerca dos desafios do uso da contabilidade como ferramenta de gestão em empreendimentos de economia solidária. A entrevista foi gravada e transcrita para uso nos resultados da presente pesquisa. Esta etapa contribuiu para alcançar o objetivo específico “b”.

A quarta e última etapa constituiu-se na elaboração do relatório de pesquisa e considerações finais.

3.3 LIMITAÇÕES

As limitações da presente pesquisa são as apresentadas no Quadro 01, conforme a seguir.

Quadro 1: Limitações e recomendações da pesquisa

| Limitações | Recomendações de Pesquisas Futuras |
|--|---|
| Análise da percepção de apenas um profissional da área contábil, tomando como verdade o que foi dito pelo mesmo. | Aumentar a amostra trabalhando a percepção de mais profissionais da área contábil e de profissionais das cooperativas |
| A construção do estado da arte não teve o papel de exaurir o assunto, mas construir um aparato teórico que pudesse ser utilizado para a compreensão do problema de pesquisa. | Expandir a pesquisa, de forma mais robusta, para a análise de trabalhos empíricos sobre a temática. |

Fonte: Elaborado pelo autor

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Conforme apresentado na revisão da literatura, sabe-se que a contabilidade tem por objetivo de mensurar, registrar e evidenciar os fatos que podem provocar mutações no patrimônio das entidades, através de ferramentas e técnicas próprias.

Face aos objetivos das cooperativas populares que são diferentes dos ambientes empresariais, conforme mencionou Almeida (2006), tais empreendimentos apresentam o que Fernandes (2013) entende como desafios contábeis. Assim, de acordo com Santos (Comunicação pessoal, 2016) um desses desafios seria ter as informações precisas dos patrimônios das cooperativas populares. Patrimônio esse entendido como bens, direitos e suas obrigações.

Para Santos (comunicação pessoal, 2016) a contabilidade não consegue exercer sua função plena de forma adequada nas cooperativas populares, visto que a sua função de registrar, guardando todos os fatos e evidenciar para um conjunto de usuários as informações contábeis e financeiras das entidades, conforme destacam Hendriksen e Van Breda (2009), não tem sido eficaz na gestão e evidenciação de informações precisas a respeito do patrimônio das cooperativas populares.

Destaca Santos (comunicação pessoal, 2016) que isso muitas vezes não é uma tarefa fácil, considerando que as cooperativas populares não sabem ou não conseguem realizar a contabilização das informações de forma apropriada, o que pode ocasionar em escassez de informações e dados imprecisos e incorretos a respeito da própria entidade.

Diante disso, o autor afirma que um dos desafios do uso da contabilidade em empreendimentos de economia solidária é fazer com que os associados entendam como controlar e evidenciar as mutações patrimoniais das entidades por meio das técnicas contábeis. Essa clareza no uso das técnicas contribuirá para que tanto os usuários da contabilidade, assim como os possíveis financiadores possam ter uma informação fiel e real daquilo que está acontecendo na cooperativa para que eles possam saber se contribuem ou não, se participam ou não.

Um outro desafio destacado por Santos (comunicação pessoal, 2016) está relacionada a divulgação de informações com clareza, ou seja, o uso da técnica de evidenciar, por meio dos demonstrativos financeiros. Essa falta de clareza se deve ao fato de que, conforme destacam Almeida (2006) e Luconi e Karling (2011), a uma padronização das informações contábeis, uma vez que os usuários das técnicas e das informações nas cooperativas populares, não compreendem e/ou têm dificuldades na aplicação face as peculiaridades e especificidades desse tipo de empreendimento.

Algumas informações e dados desses empreendimentos, pelo fato de não serem registrados corretamente, não são evidenciados o que gera falta de clareza no reporte das informações, sendo, conforme destacou Santos (comunicação pessoal, 2016) um desafio evidenciar as informações do patrimônio das cooperativas populares.

Para Santos (comunicação pessoal, 2016), muitas vezes há uma falta de entendimento por parte de alguns cooperados, da importância que tem a contabilidade para a evidenciação do patrimônio das cooperativas. Os cooperados não dão a relevância devida a contabilidade, e não entendem de forma clara que a partir da contabilidade é possível mensurar, controlar e evidenciar a evolução patrimonial das cooperativas.

A falta de um conhecimento mais aprofundado acerca da contabilidade por parte os cooperados faz com que eles não percebam a real importância da contabilidade. Essas percepções se restringem, apenas, ao uso da contabilidade para apurar impostos, o que torna a gestão das cooperativas mais complexas, uma vez que não há um certo controle sobre estrutura financeira da entidade.

Na percepção de Santos (Comunicação social, 2016), quem tem que mostrar essa relevância da contabilidade para as cooperativas são os contadores, que por entender e dominar os conceitos e conteúdo da contabilidade, pode transmitir informações que deixem de forma mais clara essa importância, gerando assim uma nova percepção nos cooperados em relação a contabilidade.

A partir dessa sensibilização dos cooperados sobre a importância que a contabilidade tem para o desenvolvimento da gestão da cooperativa, a gestão dos cooperados se torna mais eficaz. Isso passa também pela a adaptação e/ou a customização de ferramentas e técnicas à realidade das cooperativas.

Nesse sentido, Santos (comunicação pessoal, 2016) sinalizou que não é necessário a criação de novas ferramentas, corroborando com os autores Dias e Silva (2002). Para Santos (comunicação pessoal, 2016) as ferramentas e técnicas existentes precisam apenas de adaptações para serem alinhadas ao universo da economia solidária.

Essas percepções só reforçam a ideia de que as ferramentas contábeis existentes na atualidade conseguem dar conta das demandas dos empreendimentos solidário. O que é necessário é apenas adaptar essas ferramentas a realidade das cooperativas populares, fazendo com que tais ferramentas supram suas necessidades e sejam compreendidas pelos usuários.

Essa adaptação passa também pela a construção e/ou adaptações de sistemas adequados a dinâmica das cooperativas. Para Santos (comunicação pessoal, 2016) os sistemas contábeis atuais são voltados para as grandes organizações e suas demandas, deixando as

organizações de médio e pequeno porte em segundo plano. Segundo Dias e Silva (2002) e Almeida (2006) a maior parte dos sistemas contábeis existentes para serem utilizados em empreendimentos de menor porte necessitam de uma determinada adaptação.

Dessa forma, a questão da contabilidade muito mais preocupada com as demandas dos empreendimentos empresariais, apesar de histórica é destacado por Santos (comunicação pessoal, 2016) como uma preocupação a ser discutida e debatida visando melhorar a sua aplicação em outras entidades, sem fins lucrativos.

Segundo Sá (2002), Iudícibus e Marion (2011) a contabilidade através dos seus métodos, na mensuração, registro, controle e evidenciação da expansão patrimonial, econômica e social das entidades, subsidia a gestão na tomada de decisão por meio das informações que são fornecidas.

Nesse sentido, destaca Santos (comunicação pessoal, 2016) que as interpretações dos relatórios contábeis é uma outra parte que precisa ser trabalhada nas cooperativas populares. Segundo o autor, isso é um trabalho que tem que ser feito com os gestores das cooperativas, já que são eles quem possuem o papel de interpretar esses relatórios e utilizar essas informações em prol da cooperativa.

No que diz respeito ao aspecto democrático das cooperativas, Santos (comunicação pessoal, 2016) afirmou que as decisões nas cooperativas populares, para as quais presta serviços contábeis, são de forma democrática, da qual todos os trabalhadores participam, corroborando com as ideias mencionadas por Bocayuva (2003) na revisão da literatura.

Em relação aos instrumentos contábeis existentes da atualidade, Santos (comunicação pessoal, 2016) destaca que não se pode afirmar que um instrumento contábil é o suficiente para tomar decisão. Contudo, segundo o autor cabe ao contador mostrar a forma eficiente de utilizá-los, cabendo ao profissional contabilista desenvolver uma filosofia que sejam aceitas e adequadas aos cooperados.

Na visão de Santos (comunicação pessoal, 2016), o contador deve desenvolver um perfil que também esteja alinhado ao universo dos empreendimentos de economia solidária. Essa percepção reforça o ponto de vista dos autores Almeida e Dantas (2005) e Biscaro (2010) que afirmam que é necessário que haja a criação de um novo perfil de contador, que tem um papel importante nesse processo de adaptação dos modelos contábeis a realidade dos empreendimentos solidários.

Segundo Biscaro (2010, p.10) o contador deve ser “[...] sensível aos problemas sociais; ter ampla visão econômica; capacidade gerencial; articulador (boas relações humanas); educador (ensine a pescar).” Ou seja, são essas as características necessárias para a inserção dos contadores de forma alinhadas com a realidade dos empreendimentos solidários.

Sendo assim, verificam-se que o contador deve estar sempre se adaptando e se atualizando. Se a contabilidade atua e se encontra no universo da economia solidária, o contador, por sua vez, também deve estar adaptado e alinhado a proposta dos empreendimentos de economia solidária.

Na atualidade, os profissionais da contabilidade encontram certas dificuldades na gestão contábil e financeira em empreendimentos de economia solidária, a exemplo das cooperativas populares. Em relação a esse quesito, Santos (comunicação pessoal, 2016) enfatiza que há uma dificuldade no entendimento por parte dos cooperados das informações básicas, no que se refere a cálculos, custos, estratégias, a estrutura elementar da matemática, do português, da economia atual. O grande desafio para os profissionais da contabilidade em relação aos cooperados de acordo com o autor é questão da escolaridade desses membros.

Segundo Lima (2007) muitos dos membros das cooperativas populares, possuem uma baixa escolaridade. Devido a isso, apresentam dificuldades em absorver e compreender determinadas informações, a exemplo das informações contábeis.

Todavia, esse desafio mencionado por Santos (comunicação pessoal, 2016) e também relatado por Lima (2007), ultrapassa a relação contabilidade – cooperativa, uma vez que a questão educacional é um problema público que afeta a milhares pessoas, no qual a educação brasileira atual se encontra precarizada, defasada e com qualidade duvidosa, prejudicando a formação básica de várias pessoas.

Assim, o contador, por sua vez, tem que desenvolver a habilidade e a sensibilidade para criar formas e métodos no qual as mensagens e as informações contábeis sejam captadas de forma adequada pelos cooperados.

Segundo Santos (comunicação pessoal, 2016) os contadores que atuam junto a cooperativas populares precisam realizar determinadas “manobras” para diminuir a complexidade das informações para os cooperados. Uma dessas manobras é justamente a criação e realização de oficinas. Nessas oficinas, o contador pode ensinar como funciona as informações contábeis, usando sempre uma linguagem que os cooperados entendam.

O contador da área de cooperativas populares precisa ter a sensibilidade de que os usuários da contabilidade dessas entidades não são iguais aos outros usuários, convencionais. Diante disso, o contador deve trabalhar com uma linguagem mais acessível, fazendo as devidas adaptações, como já frisado por Lima (2007).

Santos (comunicação pessoal, 2016) afirma que não existe nas leis que regem a contabilidade normas e procedimentos acerca das cooperativas populares, nem de cooperativas em geral. Ou seja, há sempre a necessidade de se fazer uma adequação/adaptação de outras normas às cooperativas populares, ratificando o que afirmam Dias e Silva (2002), o que nem sempre é possível, pois não são todos os contadores que trabalham ou estão preparados para trabalhar com esse tipo de empreendimento, conforme destaca Santos (comunicação pessoal, 2016), provocando, portanto, escassez de consultoria contábil e assessoria na área das cooperativas populares.

Um dos fatores que podem justificar essa escassez é que os profissionais da área contábil, não diferentemente de outras profissões, buscam na maioria das vezes atividades que lhe tragam um bom retorno financeiro, uma boa remuneração. Pelo fato das cooperativas populares não gerarem grandes retorno financeiros ou as vezes quase nenhum para os contadores, muitos não se interessam por trabalhar na área.

Segundo Santos (comunicação pessoal, 2016) na atualidade as técnicas, ferramentas e instrumentos contábeis são adequados e aplicáveis nos empreendimentos de economia solidária:

[...] O uso dos instrumentos é o grande problema. Não adianta mudar uma técnica e a mesma continuar não sendo utilizada, compreendida. A adequação existe, só não é formalizado. Ou você entende o que é cooperativa popular ou você não vai desenvolver o trabalho nunca.

Diante dos desafios trazidos pelos empreendimentos de economia solidária, Santos (comunicação pessoal, 2016) aponta como possibilidade complementar as técnicas e instrumentos contábeis atuais o uso do modelo de Contabilidade Orçamentária.

A contabilidade orçamentária, conforme Almeida (2006) é uma especialização da contabilidade gerencial que proporciona a socialização do controle de todo o processo de gestão, evidenciando aspectos básicos tais como despesas orçamentárias, créditos orçamentários, origens e aplicações de recursos, dotações orçamentárias, entre outros.

Corroborando com as ideias acima, Santos (comunicação pessoal, 2016) destacou que as cooperados tem que saber fazer a projeção de suas receitas e as projeções das suas

despesas. O modelo de contabilidade orçamentária privilegia os princípios de autogestão, destacados por Singer (2002).

São os próprios cooperados que realizam o orçamento, o planejamento, o controle. Assim, eles se tornam mais independentes dos contadores para essas atividades, promovendo o desenvolvimento da autogestão.

Ademais, Santos (comunicação pessoal, 2016) destacou que existem problemas contábeis e financeiros encontrados na gestão de empreendimentos solidários na atualidade que vão além das questões contábeis: o capital de giro.

Além disso, destaca Santos (comunicação pessoal, 2016) que: “[...] no que se refere aos recursos para os investimentos, o desafio que a gente tem é fazer com que as cooperativas populares garantam um financiamento por parte de terceiros. Essa é grande dificuldade. Conseguir investimentos.”

Nesse sentido, as cooperativas tendem a encontrar mais dificuldades quando apresentam escassez de informações contábeis, o que contribui para uma desconfiança por parte dos financiadores em liberar recursos, já que o empreendimento não traz garantias a respeito das informações apresentadas.

No que tange as demonstrações contábeis, utilizadas nas empresas convencionais, as mesmas, segundo Santos (comunicação pessoal, 2016) poderiam ser adaptadas para os empreendimentos de economia solidária. O autor enfatiza que as operações que ocorrem nos empreendimentos solidários são praticamente as mesmas de uma empresa. O que precisa ser feito é adaptar as estruturas das contas.

O plano de contas adequado a cooperativa popular contribuirá para que as demonstrações contábeis tenham uma apresentação mais próxima da realidade desses empreendimentos. E, essa visão mais próxima da realidade das cooperativas pode contribuir para que a cooperativa popular tenha mais êxito na captação de recursos, já que a agora irá fornecer informações mais claras da situação patrimonial do empreendimento.

Segundo Santos (comunicação pessoal, 2016) normalmente nos serviços prestados nas cooperativas populares se faz necessário a criação de instrumentos auxiliares ao processo de gestão das cooperativas, tais como: “[...] cartilhas, calendário de obrigações, fluxo de entradas e saídas. Esses modelos atendem uma de forma geral e pode ir sendo adequada para outras cooperativas ou outra.”

Por fim, diante do que já foi exposto, pode-se verificar que as limitações inerentes a relação entre a contabilidade e os empreendimentos de economia solidária se dá tanto no entendimento das ferramentas e procedimentos contábeis disponíveis por parte dos cooperados, quanto na compreensão dos profissionais contábeis acerca da realidade dos empreendimentos solidários, a exemplo das cooperativas populares.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve por objetivo geral discutir os desafios contábeis no processo de gestão em empreendimentos de economia solidária como as cooperativas populares. Para o alcance do objetivo proposto, realizou-se uma pesquisa bibliográfica, de natureza documental, descritiva, com uma abordagem qualitativa, cuja estratégia metodológica foi a de estudo exploratório com a técnica de estudo de caso ilustrativo, por meio do uso de questionários para a coleta dos dados secundários.

Observou-se que dentre os principais desafios contábeis em relação aos empreendimentos de economia solidária, está a obtenção e divulgação das informações, de forma precisa e clara, dos patrimônios das cooperativas populares, uma vez que as padronizações das informações contábeis geram obstáculos para os usuários das técnicas e das

informações nas cooperativas populares, que devido as peculiaridades e especificidades desse tipo de empreendimento, não compreendem e/ou têm dificuldades na aplicação dos modelos e técnicas contábeis.

Ademais, fazer com que os associados entendam como controlar e evidenciar as mutações patrimoniais das entidades por meio das técnicas contábeis, além da escassez de consultoria contábil e assessoria na área das cooperativas populares, são outros desafios observados ao longo desse estudo exploratório.

No que se refere ao desafio para os profissionais da contabilidade em relação aos cooperados destaca-se a questão da escolaridade desses membros, no qual a limitação na base educacional desses cooperados os prejudicam a absorverem e compreenderem não só as informações contábeis, mas as informações básicas, no que se refere a cálculos, custos, estratégias, a estrutura elementar da matemática e do português.

Já no tocante a importância da contabilidade para os empreendimentos solidários, o grande desafio é fazer com que os cooperados compreendam a importância que tem a contabilidade para a evidenciação do patrimônio das cooperativas. As interpretações dos relatórios contábeis de forma correta são de suma importância para que as cooperativas populares tenham um desenvolvimento financeiro saudável.

No que tange as demonstrações contábeis, as existentes e utilizadas nas empresas convencionais poderiam ser adaptadas para os empreendimentos de economia solidária, visto que as operações que ocorrem nos empreendimentos solidários são praticamente os mesmos de uma empresa. O que precisa ser feito é adaptar as estruturas das contas.

Já no que se refere ao perfil do contador, é necessário que se desenvolva um novo perfil de contador, com senso de percepção aos problemas sociais; com ampla visão econômica e, sobretudo, que entenda de assuntos relacionados ao universo da economia solidária, desenvolvendo um entendimento de que os usuários da contabilidade a partir desses empreendimentos não são iguais aos outros usuários, convencionais. O contador deve ser alguém sempre atualizado e adaptado as novas realidades que vão surgindo.

Existem inúmeros desafios a serem superados, tanto por parte da contabilidade quanto por parte das cooperativas populares. Assim, se faz necessário que ocorra uma articulação de ações entre o Conselho Federal de Contabilidade – CFC, órgãos do governo e EES, afim de que essas dificuldades existentes na utilização da contabilidade em empreendimentos de economia solidária sejam solucionadas.

Por fim, recomenda-se que a pesquisa seja ampliada para uma análise sob a ótica dos membros das cooperativas populares, para efeitos de comparação a partir de visões diferentes, uma vez que determinados processos na visão dos cooperados podem ter uma análise diferente da compreensão do profissional contábil. Sendo assim, os cooperados por serem também os responsáveis pela gestão da cooperativa podem entender de forma diferente essa lógica entre a contabilidade e a gestão da cooperativa.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Edir Antonia de; DANTAS, Flávio José. **Contabilidade e Inclusão Social: Análise das Demandas Contábeis Suscitadas pelos empreendimentos solidários.** In: III ENCONTRO INTERNACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, São Paulo, 2005.CD-ROM.
- ALMEIDA, Edir Antonia de. **Contabilidade e autogestão: um estudo sobre a dimensão contábil nos processos de autogestão dos empreendimentos de economia solidária.** 2006. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- BASSO, Irani Paulo. **Contabilidade Geral Básica**, 3. ed. Ijuí: Unijuí, 2005.

BISCARO, E. T.; **DEMANDAS CONTÁBEIS SUSCITADAS PARA A GESTÃO DOS EMPREENDIMENTOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA.** In: I CONFERENCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS CONTRA A POBREZA E A DESIGUALDADE, 2010, NATAL-RN. I CONFERENCIA NACIONAL DE POLITICAS PUBLICAS CONTRA A POBREZA E A DESIGUALDADE, 2010.

BOCAYUVA, P. C. Transição, revolução social socialista e a economia solidária. **Revista Proposta: economia solidária e autogestão**, ano 30. n. 97, jun./ago., 2003.

CANÇADO, Airton. **Autogestão em cooperativas populares: desafios da prática.** Salvador: UFBA, 2004. Dissertação (Mestrado em Administração).

CONSTANTE, Fabrício. **A CONTABILIDADE COMO FERRAMENTA GERENCIAL APLICADA A UMA EMPRESA DO RAMO INDUSTRIAL-COMERCIAL.** São José, 2010.

DIAS, Lidiane Nazaré da Silva; SILVA, Marinaldo. **A Importância da Contabilidade nas Organizações Populares: o Caso do Sistema de Informação Contábil Utilizado na Cooperativa de Serviços Gerais do Município de Belém.** In: 2º Seminário USP de Contabilidade, 2002, São Paulo. 2º Seminário USP de Contabilidade, 2002.

DAVID, Afonso Rodrigo de e OTT, Ernani. Balanço Social: Uma Análise das Informações Evidenciadas pelas Empresas. In: **Anais do 27º ENANPAD.** Atibaia: 2003. Texto em CD-ROM.

DOS SANTOS, Moacir José; CONCEIÇÃO, Alan Alves Brito; VIEIRA, Edson Trajano. **ECONOMIA SOLIDÁRIA: ALTERNATIVA PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL E A INCLUSÃO PRODUTIVA.** **Anais-Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional**, 2015.

FARIA, Paulo Alexandre Oliveira de. **A contabilidade em empreendimentos econômicos solidários de reciclagem de lixo em Goiânia: uma abordagem comparativa entre incubados e não incubados.** (Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação). Universidade Federal de Goiás. Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas. 2014.

FRANÇA FILHO, G. **Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais.** Bahia análise e dados. Salvador: SEI/Governo da Bahia, 2002, v. 12, n. 1, jun. 2002.

FRANCO, Hilário, MARRA, Ernesto. **Auditoria Contábil.** 4ª Ed. São Paulo, Ed. Atlas, 2001.

FERNANDES, Raoni Azeredo. A Autogestão nos Empreendimentos Econômicos Solidários: O Desafio da Contabilidade Solidária. In Colóquio Internacional De Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração, 03, 2013, Florianópolis. **Anais...**, Florianópolis: Santa Catarina, 2013.

GAIGER, Luis I. **A economia solidária diante do modo de produção capitalista.** **Caderno CRH**, Salvador, n. 39, p. 181-211, jul/dez 2003. Disponível em: < www.ecosol.org.br >. Acesso em 02 de Ago. 2015.

Gil AC. **Como classificar as pesquisas.** In: Gil AC. Como elaborar projetos de pesquisa. 4ª ed. São Paulo: Atlas; 2002.

GRECO, Alvisio. & AREND, Lauro, **Teoria da Contabilidade.** São Paulo: Saraiva, 2007.

HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BREDA, Michael F. **Teoria da contabilidade.** 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTNS, Eliseu; STEPHEN, Charles Kanits. RAMOS, Alkíndar de Toledo; CASTILHO, Edison; BENATTIM Luiz; FILHO, Eduardo Weber; DOMINGUES JUNIOR, R. **Contabilidade Introdutória** – Atualizada de acordo com as Leis Nº 11.638/2007 e Nº 11.941/2009. 11ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Curso de Contabilidade para não contadores: para as áreas de administração, economia, direito e engenharia: atualizada de acordo com a Lei Nº 11.638/2007, MP Nº 449/2008 e Lei Nº 11.941/2009.** 7ª. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

IUDÍCIBUS, Sergio; LOPES, Alexsandro Broedel. **TEORIA AVANÇADA DA CONTABILIDADE.** São Paulo: Atlas, 2012.

- LIMA, João Paulo Santos. A Contabilidade e as cooperativas populares autogestionárias – uma contribuição à democratização da gestão. In: INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. (Org.). **A gestão da autogestão na economia solidária**. Porto Alegre: Calábria; São Paulo: ITCP-USP, 2007.
- LUCONI, Wilson Junior; KARLING, Maila Vieira. Globalização e Economia Solidária: uma análise em uma cooperativa popular. **16º Encontro Nacional da Abrapso**, UFPE, Recife, 12- 15 nov. 2011.
- MANCÉ, Euclides. O que é Economia Solidária. **Salvador: UFBA**, 1999.
- NASCIUTTI, J. C. R. et al. **Cooperação e autonomia**: desafios das cooperativas populares. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, USP, São Paulo, v. 6, n. 1, 2003.
- OLIVEIRA, B. A. M. Economia solidária e o cooperativismo popular: da gênese aos desafios atuais. **Revista Proposta: economia solidária e autogestão**, ano 30. n. 97, jun./ago., 2003.
- PARRA, Henrique Soque Martins. **Liberdade e Necessidade: empresas de Trabalhadores autogeridas e a construção sócio-política da economia**, Tese, 2003 – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- POCHMANN, Marcio. Ajuste Econômico e desemprego recente no Brasil metropolitano. In: **Estudos Avançados**. V. 29. N. 85. 2015. pp.5-20.
- Razetto, Luís. **Economia de solidariedade e organização popular**. In: Moacir Gadotti (org.). Educação comunitária e economia popular. São Paulo: Cortez, 1993.
- SÁ, Antonio Lopes de. **Teoria da Contabilidade**. 3. ed. São Paulo: Atlas S.A. 2002.
- SCHNEIDER, J. O. **Democracia, participação e autonomia cooperativa**. 2. ed. São Leopoldo: UNISINOS, 1999.
- SANTANA, E. W. F. de. **A utilização da informação contábil como um instrumento de controle social dos municípios paraibanos com mais de 50.000 habitantes**. 2008. 140 p. Dissertação (Mestrado). Programa Multinstitucional e inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da UnB, UFPB e UFRN.
- SANTOS, André Luís Barbosa. Comunicação Pessoal 2016. **Entrevista Realizado com o representante da Ampla Empresarial**. 03 de março de 2016.
- SILVA, Fábio Bruno da; MELLO, Marcos Paulo de Sá. **A CONTABILIDADE NO CONTEXTO DAS COOPERATIVAS POPULARES**. Disponível em <http://www.iptan.edu.br/publicacoes/anuario_producao_cientifica/arquivos/revista1/resumos_expandidos/Resumo_expandido01.pdf>. Acesso em 14 de dez. 2015.
- SINGER, P. I. **A raiz do desastre social**: a política econômica de FHC. In: LESBAUPIN, I. (org.). O desmonte da nação. Balanço do governo FHC. Petrópolis: Vozes. 1999.
- SINGER, P., SOUZA, A. **A economia solidária no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000.
- SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.
- _____. A cidadania para todos. In: In: PINSKY, J. e PINSKY, Carla B. (Org.) **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003b.
- _____. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R. (Org.) **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003c.